

Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração

2023

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletropar em 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que nos dirigimos aos nossos acionistas e ao mercado em geral para compartilhar os desenvolvimentos e resultados da Eletropar neste primeiro ano de alinhamento com o novo modelo de governança e negócios da nossa controladora, a Eletrobras.

O ano passado foi marcado por avanço significativo no processo de simplificação da estrutura societária da Eletrobras. A Eletropar está, certamente, inserida neste processo. De fato, a companhia divulgou Fato Relevante, em 11 de agosto 2023, informando que o seu Conselho de Administração aprovou o início dos trabalhos para a avaliação da possibilidade da incorporação da Eletropar pela Eletrobras.

Assim, ao longo do último ano, mantivemos o foco em fortalecer nosso portfólio de investimentos, em tornar ainda mais robustos os controles de nossos processos e o acesso a informações de arquivo e, proativamente, oferecer o máximo suporte operacional ao trabalho do Comitê Independente estabelecido para atuar no processo da eventual incorporação. Tudo isso, com o objetivo de tornar mais seguro e transparente este processo, enquanto prosseguimos gerando valor para os nossos acionistas.

Nossa estratégia empresarial continua a ser fundamentada no retorno financeiro seguro, não especulativo, para os nossos acionistas. Estamos comprometidos em conduzir nossos negócios de forma responsável, promovendo práticas éticas, em linha com a cultura de nossa controladora, "pautada pela segurança das pessoas, ativos e do meio ambiente".

Os resultados financeiros ano de 2023 mostraram os resultados desta busca pela disciplina de capital e pela maior eficiência de custos e despesas.

Nosso desempenho em renda variável atesta um destes resultados: de fato, entre o fechamento de 2022 e o fechamento de 2023, nossos títulos tiveram um rendimento de 21,86%, superando o IEE (Índice de desempenho médio das cotações dos ativos de maior liquidez e representatividade do setor de energia elétrica na B3), que teve desempenho de 20,69%. Além disso, em linha com a estratégia da companhia de dar atenção especial ao rendimento em dividendos, reportamos resultado financeiro (caixa) de cerca de 5,5%. Adicionalmente, nossas aplicações em renda fixa permaneceram alocadas em fundos de alta liquidez e baixo risco, com *benchmark* ancorado na taxa SELIC.

As despesas de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) sofreram um acréscimo significativo, de 290,1% em relação a 2022. Entretanto, esse aumento está inteiramente vinculado a despesas não-recorrentes, tais como aquelas associadas à mudança de endereço da sede da companhia, por razões externas à companhia, e despesas com consultorias especializadas para apoio ao Comitê Independente nos trabalhos relacionados à eventual incorporação da companhia pela Eletrobras.

Os eventos não-recorrentes mencionados afetaram alguns resultados do ano passado. Apesar disso, o lucro líquido da companhia segue robusto, da ordem de R\$ 19,1 milhões, correspondentes a R\$ 1,98 por ação. Também o EBITDA registra redução, causada pelas razões apontadas, totalizando R\$ 18,8 milhões, contra R\$ 23,7 milhões em 2022. As receitas operacionais estiveram praticamente alinhadas a 2022, atingindo cerca de R\$ 26,2 milhões, a despeito de eventos macro-econômicos que influenciaram os retornos em renda fixa e variável do período. Vale destacar que em 2023 foi efetuada a venda da totalidade das ações da Energias do Brasil de titularidade da companhia, resultando no lucro líquido, após impostos, de R\$ 16 milhões.

Assim, quando olhamos para o futuro, vemos as oportunidades que se apresentam para os nossos acionistas, em diferentes cenários possíveis. Independentemente destes cenários, continuaremos a buscar excelência em tudo o que fazemos. Nosso compromisso com a criação de valor para nossos acionistas permanece firme, e estamos confiantes de que, juntos, trilharemos o melhor caminho.

Finalmente, agradecemos à diretoria e às demais instâncias de governança da Eletrobras, aos nossos conselheiros, colaboradores e demais públicos de interesse, pelo apoio e contribuições. Muito obrigado e boa leitura!

Renan dos Santos Antunes
Presidente do Conselho de Administração Eletropar

Raul Sollero
Diretor-Presidente da Eletropar

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

A Administração da Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar ("Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 21 de março de 2024, e do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 21 de março de 2024, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão da Companhia no ano de 2023.

FATO RELEVANTE

A Companhia veio a público, através de Comunicado ao Mercado datado de 11 de julho 2023, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que alienou, naquela data, a totalidade das 1.892.432 ações ON da empresa EDP - Energias do Brasil S.A (ticker: ENBR3), de sua titularidade, na forma do processo de Oferta Pública de Aquisição das Ações Ordinárias (OPA) promovida pelos controladores desta empresa.

A Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, em 11 de agosto 2023, disponível no endereço eletrônico da Companhia, que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada naquela data, aprovou o início dos trabalhos para a avaliação da possibilidade da incorporação da ELETROPAR pela ELETROBRAS.

ATIVIDADE OPERACIONAL

A Eletropar, criada pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. - Lightpar, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira, caracterizada pela ausência de endividamento financeiro de curto e longo prazos bem como elevada liquidez, como se verifica na tabela a seguir:

	2023	2022
Liquidez Geral	6,42	1,88
Liquidez Corrente	10,81	2,31
Endividamento total sobre Ativo	5,16%	15,92%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	8,81%	12,34%
Margem Líquida	72,91%	103,35%

Com a conclusão do processo de desestatização da ELETROBRAS, a partir de 17 de junho de 2022, a ELETROPAR passou a reunir as condições necessárias para atuar, integralmente, sob o regime do direito privado, mantida a sua condição de sociedade anônima aberta controlada pela ELETROBRAS. Como consequência de passar a ser uma empresa privada, a Eletropar deixou de ser classificada como uma empresa integrante da Administração Pública.

Não obstante, a Eletropar permanece sujeita a controles realizados periodicamente por Auditoria Interna e por Auditoria Externa independente. Assim, foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT.

Convém ressaltar que a Eletropar, por ser uma companhia aberta, com ações negociadas na Bolsa de Valores, está sujeita, ainda, à observância de normas regulamentares estabelecidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que é o órgão normativo e supervisor do Sistema Financeiro Nacional.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A posição dos investimentos na carteira da Eletropar, em 31/12/2023, apresentou a composição da Tabela a seguir. Para tal, foi considerado o preço de fechamento observado no último pregão da Bolsa de Valores B3 de 2023.

EMPRESA	TIPO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA (%)	Valor (R\$) mil
CTEEP ¹	PN	4.800.800	0,73	170.180
EMAE ²	PN	523.911	1,42	30.910
Energias do Brasil ³	ON	-	-	-
Eletronet ⁴	ON/PN	149.999.999	49,00	-
TAESA ⁵	UNIT	660.000	0,06	25.331

As participações nas investidas Eletronet, CTEEP e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo que na CTEEP e EMAE, isso ocorre pelo fato de a controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação maior do que 20% no capital social destas empresas, o que as caracteriza como coligadas da Eletrobras. Os eventos relativos à investida Eletronet estão descritos na Nota Explicativa 7. Conforme o Acordo de Acionistas da Eletronet, a participação da Eletropar na companhia é composta de 149.999.001 ações ON mais 998 ações PN.

Nas demais investidas foi realizada a mensuração por meio da aplicação do método do "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" (VJORA), conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS9 - Instrumentos Financeiros.

Estas últimas participações possuem cotação de mercado, sendo a contrapartida decorrente de tal avaliação reconhecida como resultado abrangente, registrada no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:

	2023	2022
Energias do Brasil		39.344
TAESA	25.331	22.883
	25.331	62.227

NEGÓCIO ELETRONET

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas baseada em cabos tipo OPGW (*Optical Ground Wire*) instalados em parte da infraestrutura de transmissão sob concessão de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") que, quando citadas em conjunto, são denominadas "Cedentes", companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras").

¹ Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP

² Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE

³ EDP Energias do Brasil S.A. - ENERGIAS DO BRASIL - alienada 100% da participação em 2023

⁴ Eletronet S.A. - Eletronet - empresa de capital fechado

⁵ Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

A operação foi estruturada, originalmente, por meio da celebração de dois contratos coligados, em 22 de agosto de 1999, quais sejam, o Contrato de Cessão de Direito de Uso da Infraestrutura, celebrado entre ELETROPAR e as Cedentes - ECE 1166/99 ("Contrato de Cessão") e o Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas, celebrado entre Eletronet e ELETROPAR - ECE 1165/99 ("Contrato de Acesso") - em conjunto "Contratos de Compartilhamento".

O objeto da companhia compreende a oferta de soluções de telecomunicações e conectividade com serviços de Transporte de dados e Trânsito IP de alta velocidade em longa distância para operadoras de telecomunicações, provedores de internet e serviços de valor agregado, a partir do acesso a uma rede de fibras ópticas com abrangência nacional, integrada às redes de transmissão de energia elétrica.

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios nos primeiros anos da década de 2000, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de aut falência pela Eletronet. Sua falência foi efetivamente decretada por meio de sentença proferida no dia 16 de maio de 2003, a qual ainda determinou, liminarmente, a continuidade dos negócios da falida ("Processo Falimentar").

No dia 15 de dezembro de 2015, foi realizada a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., na qual os credores presentes aceitaram os termos do acordo de redução das dívidas da Companhia, e deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos. Foi, então, declarado o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Desde então, a Eletronet S.A. vem trabalhando em estratégias para resolver as dívidas remanescentes do acordo firmado junto aos credores, e que possibilitou o encerramento da falência, enquanto realiza os investimentos necessários para manter sua relevância e competitividade no mercado de telecomunicações.

As Demonstrações Contábeis de 2023 da Eletronet registram que esta companhia possui capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto). Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do processo de reestruturação em curso e plano traçado, que inclui a renovação do Contrato de Cessão de direitos para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras.

Maiores detalhes, inclusive no que diz respeito à situação atual dos citados Contratos de Compartilhamento, são apresentados na Nota Explicativa nº 7.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da Eletropar é de R\$ 118.055, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2023:

	NÚMERO DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Número	(%)
Eletrobras	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.545	1.915.985	16,29
Total	28.546	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 18,46 por ação. Em 31 de dezembro de 2022, o valor patrimonial era de R\$ 18,71 por ação.

RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITAIS

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, é realizado pelo Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas é efetuado pelo Banco Bradesco, como instituição financeira custodiante das ações, e pela própria Eletropar.

O quadro a seguir apresenta um resumo das negociações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em 2022 e 2023:

Mercado à Vista (lote-padrão)

	2023	2022
Quantidade negociada (*)	300	404
Volume (R\$) (*)	20.000	26.831
Nº de negócios (*)	3	4
Fechamento - último pregão do ano (R\$ / ação)	72,00	70,00

(*) Os valores acima indicados são médios diários. Fonte: Quantum Axis

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da ELETROPAR é composto, dada a sua condição de empresa de participações, de rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações nos Fundos Extramercado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

No exercício de 2023, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 19.130, inferior em 29,53% ao resultado apresentado no exercício social anterior de 2022, quando a empresa obteve lucro líquido de R\$ 27.150.

As receitas líquidas totais de 2023, no montante de R\$ 26.239, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, praticamente no mesmo nível daquelas auferidas no exercício social de 2022, estas no montante de R\$ 26.271. Vale destacar que a receita incluí a equivalência patrimonial que não tem efeito na caixa da companhia.

O rendimento decorrente das participações societárias é composto do resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (EDP Energia e TAESA), estas últimas avaliadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

Os gráficos a seguir trazem a composição das receitas líquidas no exercício social de 2023 e comparativos com 2022:

Gráfico 1: Composição da Receita Líquida Total

Composição da Receita Total
Acumulados em 31/12/2023



Receita de Dividendos e JCP
Acumulados em 31/12/2023



Gráfico 2: Comparativo 2023 versus 2022 - Receitas Líquidas Totais

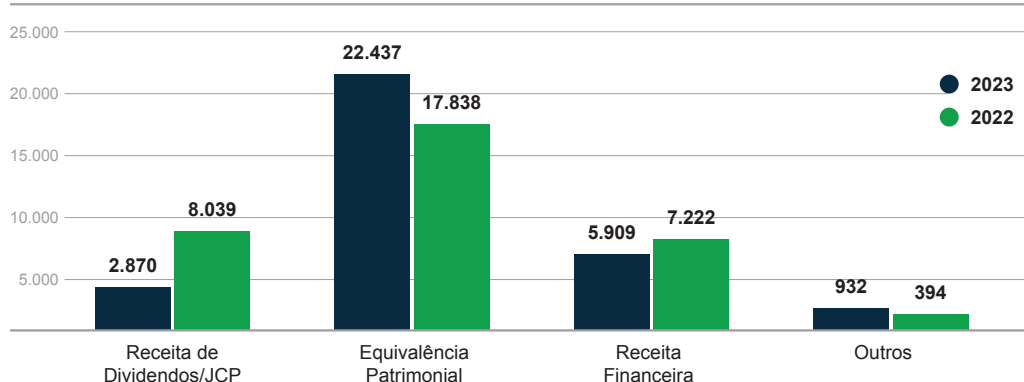
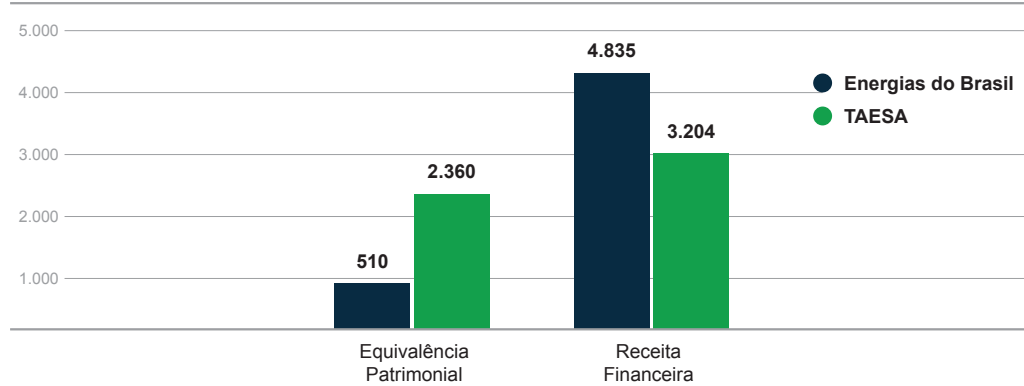


Gráfico 3: Comparativo 2023 versus 2022 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2023, no montante de R\$ 4.628, reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações nos Fundos Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica e CDB Bradesco. Este resultado representa aumento de 12,1% quando comparado ao apurado no exercício de 2022, cujo valor foi de R\$ 4.130. Tal efeito pode ser explicado pela aplicação do lucro na operação de venda das ações da Energias do Brasil.

As despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 7.417 no exercício de 2023. Observa-se um aumento de 290,7% em relação ao período de 2022, quando seu valor foi de R\$ 2.552. Este aumento ocorreu devido a despesas não-recorrentes associadas com a contratação de consultoria e mudança de endereço da sede da companhia, além do pagamento de tributos e contribuições.

PRINCIPAIS INDICADORES

A tabela a seguir traz os principais indicadores econômicos e financeiros da Eletropar relativos ao exercício de 2023, comparados com os de 2022:

	2023	2022
Receitas Operacionais	26.239	26.271
Receitas Financeiras	5.909	7.222
Receita Total	32.148	33.493
Resultado Abrangente	23.160	30.039
EBITDA (R\$ Mil)	18.822	23.719
Lucro Líquido (R\$ Mil)	19.130	27.150
Margem EBITDA	71,73%	90,29%
Margem Líquida	72,90%	103,35%
Lucro Por Ação - Básico e Diluído (R\$)	1,62602	2,30769

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Estatuto Social da Companhia estabelece, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária.

Este estatuto prevê ainda, em seu Art. 21, inciso XX, que é da competência do Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável.

A Administração da ELETROPAR, com base no artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei nº 11.638/2007 e na Lei nº 11.941/09, propõe a distribuição de dividendos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2023, equivalentes a R\$ 0,3868568 por ação, como abaixo mostrado. Os dividendos mínimos obrigatórios estão provisionados no passivo para pagamento aos acionistas, aguardando a deliberação da AGO.

Valores em R\$ na base 31/12/2023

Lucro líquido do exercício	19.130.017,59
(-) Reserva legal	-956.500,88
Lucro líquido ajustado	18.173.516,71
	R\$ por ação:
Dividendo mínimo	4.543.379,18 0,38618121919
DIVIDENDOS A PAGAR	4.543.379,18 0,38618121919

AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia utiliza serviços de auditoria realizados por instituição independente. Estes serviços vêm sendo prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") desde abril de 2019.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio recebido dos Acionistas e Conselheiros da Companhia, bem como a dedicação e o empenho de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram com a gestão da Eletropar neste exercício.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO DE 2023 E DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	107	267	Contas a pagar	10	731	24.121
Títulos e valores mobiliários	5	61.268	63.346	Impostos e contribuições		641	778
Remuneração de participações societárias	6	8.994	7.278	Imposto de renda e contribuição social			
Contas a Receber com Partes Relacionadas	7	1.710	1.728	Remuneração aos acionistas		728	444
Impostos e contribuições	8	3.334	1.870	Dividendos a pagar		4.543	6.448
Imposto de renda e contribuição social		26	144	Outros		375	530
Outros		437	29			7.018	32.321
		75.876	74.662				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	4.808	9.327
Imposto de renda e contribuição social diferido		0	3.766			4.808	9.327
		0	3.766				
INVESTIMENTOS	9			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Avaliados por equivalência patrimonial		127.811	120.974	Capital social		118.055	118.055
Mantidos a valor justo		25.331	62.227	Reserva retenção de lucros		68.234	38.506
		153.142	183.201	Reserva legal		10.739	9.782
IMOBILIZADO		30	39	Reservas de lucros a realizar		14.790	14.790
		153.172	187.006	Dividendo adicional proposto		-	21.416
TOTAL DO ATIVO		229.047	261.668	Ajustes de avaliação patrimonial		5.403	17.471
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		217.221	220.020
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		229.047	261.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(em milhares de Reais)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022		NOTA	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS OPERACIONAIS				Provisões operacionais		(658)	(616)
Dividendos e Juros sobre Capital próprio		2.870	8.039	Outras despesas		(67)	2.728
Equivalência Patrimonial		22.437	17.838			(7.417)	(2.551)
Outras receitas		932	394	RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		18.822	23.720
Receita operacional		26.239	26.271	RESULTADO FINANCEIRO		4.628	4.130
DESPESAS OPERACIONAIS				RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		23.450	27.850
Pessoal e Honorários		(1.768)	(1.821)	Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.320)	(700)
Serviços de terceiros		(3.438)	(2.755)	LUCRO (PREJÚZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	13	19.130	27.150
Tributos e contribuições		(1.486)	(87)	Resultado por ação - básico (ON)		1,62602	2,30769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	19.130	27.150
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA, líquido de impostos	7.471	(929)
Outros resultados abrangentes -coligadas	(3.442)	3.818
Total do resultado abrangente do exercício	23.160	30.039
Parcela atribuída aos controladores		
Parcela atribuída aos não controladores		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS (DESPESAS)		
Venda de mercadorias, produtos e serviços	932	394
PECLD - Consumidores e Revendedores		
Outras receitas e despesas operacionais		
Efeito da Lei 14.182/2021	932	394
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, serviços e outros	(3.452)	(46)
Energia comprada para revenda		
Encargos sobre uso da rede elétrica		
Provisões/Reversões operacionais	(3.452)	(46)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.520)	348
RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	-	(2)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.520)	346
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	25.307	25.877
Receitas financeiras	5.909	7.222
Outras		
	31.216	33.099
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	28.695	33.445
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL		
Remuneração direta	1.768	1.821
Outros		
	1.768	1.821
TRIBUTOS		
Federal/Estadual/Municipal	5.806	787
	5.806	787
ENCARGOS SETORIAIS		
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
Juros	1.245	3.092
Aluguéis	202	151
Outras	544	444
	1.991	3.687
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		
Juros sobre o capital próprio		
Dividendos propostos	4.543	6.448
Lucros retidos	14.587	20.702
	19.130	27.150
	28.695	33.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do período antes do imposto de renda e da contribuição social	23.450	27.850
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	-	2
Resultado da equivalência patrimonial	(22.437)	(17.838)
Outras	-	-
	(22.437)	(17.836)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(1.716)	(199)
Ativos fiscais a compensar	(1.464)	(1.739)
Outros	17	(1.762)
	(3.163)	(3.700)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais		
Remuneração aos acionistas	284	(1.630)
Tributos e contribuições sociais	(2.353)	(660)
Contas a pagar	(23.392)	1.461
Obrigações estimadas	(291)	(224)
	(25.752)	(1.053)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	12.157	462
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(3.338)	-
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais	(19.083)	5.723
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de remuneração aos acionistas	(27.864)	(18.929)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(27.864)	(18.929)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	10	(1)
Aplicações financeiras (TVM)	2.078	9.663
Alienação de investimento	44.699	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	46.787	9.662
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(160)	(3.544)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	267	3.811
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	107	267
	(160)	(3.544)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(em milhares de Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	RESERVAS DE LUCROS			LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
				LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS A REALIZAR			
Em 31 de dezembro de 2022		118.055	21.416	9.782	38.506	14.790	-	17.471	220.020
Realização da reserva de retenção de lucros pela aquisição da TAESA		-	-	-	(12.113)	-	12.113	-	-
Lucro na venda da Energias do Brasil	17.b	-	-	-	-	-	21.110	(21.110)	-
IR/CS na venda da Energias do Brasil	17.b	-	-	-	-	-	(5.012)	5.012	-
Dividendos pagos		-	(21.416)	-	-	-	-	-	(21.416)
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	7.471	7.471
Outros Resultados abrangentes -Coligadas		-	-	-	-	-	-	(3.442)	(3.442)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.130	-	19.130
Dividendos mínimos		-	-	-	-	-	(4.543)	-	(4.543)
Constituição de reservas		-	-	957	41.841	-	(42.798)	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		118.055	-	10.739	68.234	14.790	-	5.403	217.221

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	RESERVAS DE LUCROS			LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS A REALIZAR			
Em 31 de dezembro de 2021	118.055	18.338	8.425	38.506	14.790	-	14.581	212.695
Pagamento de dividendos	-	(18.338)	-	-	-	-	-	(18.338)
IR/CS diferido	-	-	-	-	-	-	478	478
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.406)	(1.406)
Outros Resultados abrangentes -Coligadas	-	-	-	-	-	-	4.060	4.060
Ajuste de ORA na venda de investimento em 2021	-	-	-	-	-	242	(242)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	1829	-	1829
Lucro líquido do período	-	-	1.357	-	-	27.150	-	27.150
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-	(1.357)	-	-
Dividendo adicional proposto	-	21.416	-	-	-	(21.416)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(6.448)	-	(6.448)
	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	118.055	21.416	9.782	38.506	14.790	-	17.471	220.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eletroras Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, com sede na Rua São Bento, nº 1, sala 902, Centro, Rio de Janeiro - CEP.20.090-010, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com ações negociadas na bolsa de valores B3 sob o código LIPR3.

Controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, a ELETROPAR foi criada em 29 de janeiro de 1996 pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A., tendo por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e, também, na Eletronet S.A. - Eletronet, sociedade que oferece serviços de transporte de dados e trânsito IP de alta velocidade em longa distância para operadoras de telecomunicações e provedores de serviços de valor agregado. A questão da participação societária da ELETROPAR na Eletronet está detalhada na Nota Explicativa 7.

Com a conclusão do processo de desestatização da ELETROBRAS, a partir de 17 de junho de 2022, a ELETROPAR passou a reunir as condições necessárias para atuar, integralmente, sob o regime do direito privado, mantida a sua condição de sociedade anônima aberta controlada pela ELETROBRAS.

A emissão destas demonstrações contábeis anuais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2024.

NOTA 2 - DESTAQUES DE 2023

A Companhia veio a público, através de Comunicado ao Mercado datado de 11 de julho 2023, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que alienou, naquela data, a totalidade das 1.892.432 ações ON da empresa EDP - Energias do Brasil S.A (ticker: ENBR3), que detinha em sua titularidade, na forma do processo de Oferta Pública de Aquisição das Ações Ordinárias (OPA) promovida pelos controladores desta empresa (ver Nota Explicativa 17).

A Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, em 11 de agosto 2023, disponível no endereço eletrônico da Companhia, que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada naquela data, aprovou o início dos trabalhos para a avaliação da possibilidade da incorporação da ELETROPAR pela ELETROBRAS. Para tal, e em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008, foi criado o comitê especial independente para negociar e submeter suas recomendações ao Conselho de Administração da Companhia acerca da incorporação da Companhia pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletronet, conforme Comunicado ao Mercado datado de 21 de setembro de 2023.

3.4.1 - Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 8/CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	As emendas introduziram a definição de estimativas contábeis e incluíram outras alterações para auxiliar as Companhias e distinguírem as mudanças nas estimativas contábeis de mudanças nas políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras	As emendas introduziram a substituição da divulgação de "políticas contábeis significativas" pela divulgação de "políticas contábeis materiais" e a orientação para auxiliar as entidades na aplicação da definição de "material" ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis materiais.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32: Tributos sobre o Lucro	As emendas introduziram o requerimento do reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando um a única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento.	01/01/2023

3.4.2 - Novas normas e interpretações não vigentes

A Companhia não espera impactos materiais nas suas demonstrações contábeis quanto às aplicações das alterações normativas emitidas abaixo, as quais têm sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2024:

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação per pelo menos doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais.	01/01/2024
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura a capital da Companhia.	01/01/2024

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	107	267
	107	267

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo com vencimentos originais de até 90 dias e à gestão de caixa da Companhia. O caixa e equivalentes de caixa apresentam alta liquidez e são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, é apresentado na tabela a seguir:

Títulos	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fundos de investimento Extramercado - BB (FAE e FAE2)	17.249	31.582
Fundos de investimento Extramercado - CEF (Comum IRFM-1 e Extra VI IRFM-1))	4.935	31.327
CDB- Pós-fixado	18.311	437
Fundo de investimentos Diamante Cred.Corp - CEF	20.773	-
	61.268	63.346

As aplicações financeiras encontram-se em Fundos de Investimentos Extramercado do Banco do Brasil - BB (FAE2) e da Caixa Econômica Federal - CEF (Comum IRFM-1 e Extra VI IRFM-1), no Fundo de Investimento Crédito Corporativo Diamante RF da CEF e em Certificados de Depósito Bancário - CDB, do Banco Bradesco.

Os fundos extramercado têm como meta buscar rentabilidade compatível com a variação do índice IRFM-1. O Fundo Diamante, o qual é lastreado em títulos de crédito privado de renda fixa, tem como objetivo superar a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

Os fundos extramercado são administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, sendo grande parte de suas carteiras aplicadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional, apresentando liquidez imediata.

Os CDB do Banco Bradesco são títulos privados, sendo pós-fixados e indexados ao CDI.

Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 4. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

NOTA 6 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos mantidos pela Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Coligadas		
EDP - Energias do Brasil	-	2.178
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	8.994	5.100
	8.994	7.278

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas e coligadas, vide nota 9, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 7 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM A ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

a) A Eletronet - contexto

A ELETROPAR ingressou na operação Eletronet em 1999 subscrevendo 149.999.999 (cento e quarenta e nove milhões, novecentas e noventa e nove mil e novecentas e noventa e nove) ações da ELETRONET (49% do total), pelo valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais), base 1999, de acordo com as condições previstas no Contrato de Cessão de Direito de Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e de Fibras Ópticas (ECE nº 1166/99), por meio de um empréstimo desse valor realizado pelas empresas Cedentes¹ (as concessionárias do citado sistema de transmissão de energia elétrica). De fato, em 1999, as Cedentes não possuíam previsão estatutária para atuar diretamente no ramo de telecomunicações. O empréstimo realizado gerou um direito para as cedentes perante a ELETROPAR, correspondente à totalidade das ações da Eletronet detidas pela ELETROPAR (Cláusula 10.2.1 do Contrato de Cessão).

¹ Furnas Centrais Elétricas S/A, Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (Chesf), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) e Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul)

NOTA 3 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®" (IFRS® *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumarizadas nas notas explicativas.

3.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico corresponde aos custos incorridos na aquisição ou elaboração de ativos e o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir passivos. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas a seguir.

O direito gerado em favor das Cedentes poderá ser quitado de duas formas: i) transferência pela ELETROPAR, às Cedentes, das ações da Eletronet (Cláusula 10.2.1.1. do ECE nº 1166/99); ou ii) a venda das ações da Eletronet detidas pela ELETROPAR, no mercado, sendo revertido para as Cedentes o produto da venda (Cláusula 10.2.3. do ECE nº 1166/99).

Outro efeito decorrente desse cenário é que a Cláusula 10.1.1.2 do Contrato de Cessão estipula que os valores recebidos pela ELETROPAR relativos a dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras formas de rendimentos provenientes de sua participação acionária na ELETRONET, devem ser repassados às Cedentes.

A remuneração da ELETROPAR associada à sua participação acionária na ELETRONET tem por base, exclusivamente, o gerenciamento dos interesses das Cedentes no Contrato de Cessão, e constitui-se do valor resultante da aplicação do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor bruto mensal recebido pela ELETROPAR da ELETRONET pelo uso da infraestrutura de fibras ópticas disponibilizadas pelas Cedentes. Os demais valores recebidos pela ELETROPAR provenientes de sua participação acionária na ELETRONET devem ser repassados às Cedentes.

Nos primeiros anos da década de 2000, a ELETRONET, ajuizou um pedido de auto-falência, que foi deferido mediante a continuidade de suas atividades sob a gestão de um administrador nomeado judicialmente. Em 15 de dezembro de 2015, um acordo entre os credores possibilitou a reabilitação empresarial da companhia e o encerramento da falência.

A vigência inicial dos Contratos de Cessão e do Contrato de Acesso era de 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração. Entretanto, sua vigência foi estendida para até 20 de fevereiro de 2020, por meio da celebração de um aditivo de prorrogação de prazo, para que produzisse efeitos até essa data, ou até a assinatura do instrumento que prorrogaria a relação entre as partes.

b) A continuidade da relação jurídica

Próximo ao fim da vigência dos Contratos de Cessão e de Acesso as partes celebraram o 9º termo aditivo ao Contrato de Cessão e o 5º termo aditivo ao Contrato de Acesso, no intuito de prorrogar a vigência desses instrumentos por mais 20 anos, até 2039. Contudo, para que o 9º aditivo ao Contrato de Cessão produzisse seus efeitos, este contrato deveria ser homologado pela ANEEL, de acordo com a Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001/99.

Na mesma oportunidade foram celebrados dois Contratos de Confissão de Dívida (CCD) para pacificar as divergências por fatos passados existentes entre as partes (CCD ELETRONET-ELETROPAR e seu coligado, o CCD ELETROPAR-CE-DENTES). Os Contratos de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), referentes à data-base de 31/01/2019, definiram, assim, a questão sobre os montantes devidos pela ELETRONET quanto à cessão do direito de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2020.

Assim, a Eletroras e as empresas Cedentes solicitaram à ANEEL, em 20/02/2020, por meio da correspondência CTA-PR-0581/2020, a homologação do Termo Aditivo nº 09 ao Contrato ECE1166/99. Dessa forma, a despeito da vigência do 9º Aditivo a partir de sua assinatura, suas disposições teriam eficácia somente após aprovados os seus termos pela ANEEL, em atendimento ao que prevê o art. 16 da Resolução Conjunta nº 001 da ANEEL/ANATEL e ANP (Cláusula 26.1 do 9º Termo aditivo ao contrato ECE 1166-99).

Contudo, o relator do processo solicitou a apresentação, pelas partes, de um novo contrato. Foi, então, apresentada à ANEEL, em 03/11/2020, minuta de Novo Contrato de Cessão para homologação pela Agência, mantendo as premissas do Termo Aditivo nº 9.

Em 17/05/2022 foi proferido, pela ANEEL, o Despacho nº 1.290/22, aprovando a celebração desse novo Contrato de Cessão do Direito de Uso de Infraestrutura entre as Cedentes e a Eletronet S.A., condicionando-a, contudo, ao atendimento de certas premissas pelas empresas.

Vale ressaltar que as premissas colocadas pela ANEEL demandaram ajustes na minuta do Novo Contrato, na forma como havia sido apresentada ao regulador. Por essa razão, foi necessário que as partes retomassem as negociações, inclusive em relação aos Contratos de Confissão de Dívida.

Dessa forma, as partes envolvidas prosseguem com os esforços para a formalização dos Novos Contratos de Compartilhamento, bem como para a quitação da dívida, pela ELETRONET, junto às Cedentes, objeto dos Contratos de Confissão de Dívidas já mencionados.

c) Créditos junto à Eletronet e obrigações frente às Cedentes

	Créditos Reconhecidos	Valores Recebidos	Saldo a receber (31/12/2023)
Contrato Confissão de Dívida- CCD, de 20/02/2020 ¹	186.816	-	186.816
MOU 27/11/2015 ²	15.000	-	15.000
MOU 05/11/2015 ³	24.608	-	24.608
ROW- CDD Eletronet - Eletropar - até 19/02/20 ⁴	19.238	(19.238)	-
Saldo patrimonial da operação⁵	245.662	(19.238)	226.424

¹ CCD - Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras avenças, celebrado em 20/02/2020 entre a Eletronet, ELETRONET e LT Bandeirante, tendo a ELETROBRAS e Cedentes como intervenientes anuentes.

² Memorando de Entendimentos celebrado entre a ELETROPAR, LT Bandeirante e Eletroras em 27/11/2015. O valor de R\$ 15.000 mil corresponde a contrapartida pelo uso das fibras ópticas e respectiva infraestrutura nos três anos anteriores - 2013 a 2015 (Cláusula 3.2

³ Memorando de Entendimentos celebrado entre a ELETROPAR, LT Bandeirante, Furukawa, Alcatel e Eletroras em 05/11/2015, Cláusula 2.1.iv - Credores Quirografários em Valor Superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - Registre-se que estão em curso negociações entre as partes no sentido de esta dívida, eventualmente, venha a ser equacionada por meio de um desconto no valor devido e repactuação das condições de pagamento.

⁴ ROW (Right of Way) - Direito de passagem, relativos ao período de jan/2016 a dezembro de 2017 (Instrumento Particular de Confissão de Dívida Eletronet-Eletropar, de 19/02/2018).

⁵ Valor integralmente provisionado na PCLD.



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Detalhamento do contas a pagar Cedentes, por empresa:

Os valores pagos pela Eletronet referentes ao contrato de confissão de dívida celebrado em fevereiro de 2018 entre a Eletronet e ELETROPAR, bem como o pagamento pelo direito de passagem (ROW) do período de janeiro/2016 a dezembro/2017, foram corrigidos e atualizados pela Selic e repassados às Cedentes, no primeiro trimestre de 2023.

A tabela abaixo mostra a composição atualizada das obrigações da ELETROPAR, já integralmente liquidada, para com as Cedentes relativas aos valores mencionados acima:

	Abertura Saldos a Pagar Cedentes, Partes Relacionadas	
	31/12/2023	31/12/2022
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	7.393
Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco - Chesf	-	6.430
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	-	3.090
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul	-	6.335
TOTAL	-	23.248

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas e coligadas, vide nota 9, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 8 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Ativo circulante		Passivo circulante	
IRRF ¹	3.296	1.786	12	(419)
CSRF	63	84	5	(225)
PIS/COFINS	-	-	(169)	(20)
INSS/FGTS	-	-	(63)	(50)
ISS	-	-	-	8
Outros	(25)	-	(426)	(72)
	3.334	1.870	(641)	(778)
	Ativo Não-Circulante		Passivo Não-Circulante	
IR/CS ²	-	3.766	(4.808)	(9.327)
	-	3.766	(4.808)	(9.327)
	3.334	5.636	(5.449)	(10.105)

¹ O valor de IRRF é referente a retenção na fonte do imposto sobre o rendimento de aplicações financeiras e a empresa tem a expectativa de realizar o saldo integralmente no próximo exercício, principalmente com a compensação de recebimentos de JCP.

² O valor classificado em 31 de dezembro de 2022 no Ativo Não-Circulante, foi reclassificado para o Ativo Circulante. Durante o exercício, o imposto de renda retido foi utilizado para compensar o imposto apurado na venda da EDP, conforme descrito na Nota 17.

Prática contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do exercício.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

a) Avaliados pelo Patrimônio Líquido

A ELETROPAR detém participações societárias nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRÁS, ter influência significativa nestas empresas, o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	4.800.800	0,73
EMAE	PN	523.911	1,42
Eletronet	ON/PN	149.999.999	49,00

b) Mutação dos investimentos

Participações societárias e outros investimentos	Participações (%)	Saldo em 31/12/2022	Outros resultados abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	0,7286%	105.043	(2.783)	(10.581)	20.701	112.380
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A	1,4200%	15.931	(659)	(1.577)	1.736	15.431
		120.974	(3.442)	(12.158)	22.437	127.811
Participações societárias e outros investimentos	Participações (%)	Saldo em 31/12/2021	Outros resultados abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	0,7286%	93.121	151	(5.100)	16.871	105.043
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A	1,4200%	11.515	3.911	(462)	967	15.931
		104.636	4.062	(5.562)	17.838	120.974

c) Diferenças de práticas contábeis

A Companhia efetuou ajustes no valor do seu investimento na CTEEP a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações contábeis.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Segue, abaixo, o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP.

	CTEEP	Partic. 0,0073%
Patrimônio Líquido 31/12/2023	17.380.140	126.636
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(2.371.307)	(14.256)*
Saldo ajustado em 31/12/2023	15.008.833	112.380

* Note-se que o ajuste referente ao alinhamento de políticas contábeis é apurado considerando o valor total da diferença praticada a cada trimestre e considerando a participação da empresa no capital social da CTEEP, que altera sempre que há alteração no número de ações detidas pela Companhia, como ocorreu na aquisição de 2021.

9.1 - Eletronet

Após o levantamento da falência da Eletronet, em 15 de dezembro de 2015 (ver Nota Explicativa 7), os administradores, empenhados em reverter a sua situação financeira e operacional, vêm adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes.

Adicionalmente, verificamos que as Demonstrações Financeiras da Eletronet registram que a companhia possui capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto). Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do processo de reestruturação em curso e plano traçado, que inclui a renovação do Contrato de Cessão de direitos para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras.

Como a Eletronet é uma coligada da ELETROPAR, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com os itens 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a ELETROPAR não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (item vetado, na cláusula 2.3 do Acordo de Acionistas), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

NOTA 10 - CONTAS A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Partes relacionadas	242	23.490
Terceiros	489	631
	731	24.121

No mês de janeiro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento dos saldos das Cedentes (vide Nota 7.d), liquidando o valor a pagar.

NOTA 11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	23.450	27.850
Total do IRPJ e CSLL calculado às Alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	7.973	9.469

Efeitos de adições e exclusões:

Tributos diferidos não reconhecidos/baixados		
Equivalência patrimonial	(7.629)	(8.535)
JCP recebidos	5.861	263
Compensação de prejuízos fiscais	(1.861)	-
Demais Adições e exclusões permanentes	(24)	(975)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	4.320	222
Alíquota efetiva	18,42%	0,80%

Os tributos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

11.2 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos /outros resultados abrangentes

Saldo 31/12/2022	9.327
IR/CS sobre avaliação a valor justo	(4.519)
Saldo 30/12/2023	4.808
Saldo 31/12/2021	9.805
IR/CS sobre avaliação a valor justo	(478)
Saldo 31/12/2022	9.327

Prática contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do exercício.

O resultado com Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido representa, basicamente, o resultado tributário original (i) das receitas e despesas que não podem (diferenças temporárias), em razão das regras tributárias, ser consideradas na base cálculo de pagamento de Imposto de Renda e a Contribuição Social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes, e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos de Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos (ativo), originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos na proporção da probabilidade de lucro tributável futuro e na possibilidade de utilização das diferenças temporárias.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 - Capital Social

O capital social da Eletrobras Participações S.A., em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 118.055 (R\$ 118.055 em 31 de dezembro de 2022), sendo que todas as suas ações são ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, está assim representada:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE	%
ELETROBRÁS	9.848.904	83,71
MINORITÁRIOS	1.915.985	16,29
	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 18,46 por ação (R\$18,71 por ação, em 31 de dezembro de 2022).

12.2 - Reservas de lucros

12.2.1 Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

12.2.2 Reserva de retenção de lucros

No ano de 2018 a Companhia propôs a constituição de reserva de lucros para investimentos no valor de R\$ 15.508, classificado em conta específica no Patrimônio Líquido. No ano de 2020 a Companhia destacou o valor de R\$ 22.998, para reserva de novos investimentos perfazendo o valor total da conta em R\$ 38.506.

No primeiro trimestre de 2023, com base no levantamento de todos os investimentos efetivados desde a constituição da reserva, a Companhia efetuou o registro da realização da reserva, adicionando o valor apurado de R\$ 12.113 ao saldo dos lucros acumulados do exercício, resultando em 26.393, que somado ao valor do resultado anual não distribuído de 2023, resultará em 68.234.

A destinação destes recursos é objeto de análise e deliberação pelas instâncias de governança da Companhia.

12.2.3 Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi constituída no exercício de 2016 devido ao valor do resultado de investidas avaliadas por equivalência patrimonial ter sido superior à condição de caixa para pagamentos de dividendos.

12.3 - Dividendos

Em 8 de maio de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 27.866, atualizados monetariamente de acordo com a variação do SELIC, sendo o valor de R\$ 6.449 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 21.416 referente a dividendos adicionais, ambos relativos ao exercício de 2022, aprovados na AGO de 28 de abril de 2023.

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, como indicado a seguir:

Dividendos mínimos obrigatórios

Lucro líquido do exercício	19.130
Reserva legal	(957)
	18.172
25%	4.543

O valor total para remuneração aos acionistas será objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

12.4 - Ajustes de avaliação patrimonial

Referente aos registros dos outros resultados abrangentes originados pela variação dos valores dos investimentos avaliados a mercado, bem como aos registros dos valores apresentados nas empresas investidas avaliadas por equivalência patrimonial.

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

A Eletropar possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 13 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o lucro líquido do exercício e o lucro da alienação de ativos disponíveis para venda registrados como Outros Resultados Abrangentes, e o número de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2023		
Numerador	Ordinárias	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	19.130	19.130
Lucro do exercício	19.130	19.130
Denominador		
	Ordinárias	
	11.764.889	
Resultado por ação básico (R\$/ação)	1,62602	
31/12/2022		
Numerador	Ordinárias	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	27.150	27.150
Lucro do exercício	27.150	27.150
Denominador		
	Ordinárias	
	11.764.889	
Resultado por ação básico (R\$/ação)	2,30769	

Prática contábil

Para a obtenção do resultado básico por ação, a Eletropar divide o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Eletropar pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período. No caso de balanço consolidado, o lucro ou prejuízo atribuível à Companhia se refere à parcela da Controladora. Desta forma, são excluídas as participações dos não controladores.

Já para a obtenção do resultado diluído por ação, a Eletropar presume o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores. Sendo seu único efeito diluidor, a conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos são considerados como recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

NOTA 14 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

14.1 - Fatores de Risco Financeiro

I Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui, em sua carteira de investimentos, participações societárias com cotação em bolsa de valores, o risco de mercado surge da volatilidade nos preços das ações dessas companhias investidas.

II Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras em renda fixa da Companhia são representadas pelo investimento em CDB Bradesco e nos Fundos Extramercado mantidos no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, instituições financeiras de primeira linha e que apresentam boa avaliação de *rating de risco*.

III Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras nos Fundos Extramercado mantidas no Banco do Brasil, Bradesco e na CEF são lastreadas em títulos federais e privados, sendo remuneradas pela taxa média da SELIC. O risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira dos Fundos sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

- Risco de Taxa de Juros** - A rentabilidade do Fundo pode ser impactada pela flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Fundo, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.
 - Risco de descasamento** - O desempenho do Fundo pode não refletir integralmente o desempenho do seu *benchmark*, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações regulatórias. Ademais, o risco de não-aderência ao *benchmark* pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do Fundo.
 - Risco de vinculação a um benchmark** - O *benchmark* do Fundo poderá ter resultados negativos, resultando em perdas para o Fundo.
 - Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS)** - os preços dos ativos podem variar em virtude dos *spreads* praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS (Taxa Média Selic).
 - Risco de liquidez** - Consiste no risco de o Fundo, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado.
- A falta de liquidez poderá provocar a venda de ativos com taxas de descontos superiores àquelas observadas em mercados líquidos.
- Risco de mercado** - Refere-se à possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições, que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN. Este risco é não diversificável.
 - Risco regulatório** - a eventual interferência no mercado de órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pode impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Sensibilidade do rendimento de aplicações financeiras para a Selic

	Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
Rendimento das Aplicações Financeiras	10,75%	10,47%	12,04%	8,90%
	5.909	5.754	6.795	4.368

*Taxa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Para análise de sensibilidade foi considerado como cenário-base a média da taxa Selic atual de 10,75% a.a. e, como provável, a projeção da taxa de 10,47% a.a., sendo considerado como cenários remoto e possível a variação de 15% para cima e 15% para baixo em relação ao cenário provável, respectivamente. A tabela acima traz uma estimativa do impacto de cada um desses cenários no rendimento das aplicações financeiras da Companhia.

IV Risco de crédito das operações com a Eletronet

Desde fevereiro de 2020 a Eletronet passou a pagar, regularmente, dentro dos prazos de vencimento, a remuneração referente ao direito de uso das fibras óticas (ROW - *Right of Way*). Porém, considerando a situação financeira atual desta investida, cujo passivo a descoberto é no valor de R\$ 148.618, conforme registrado na DF 2023 desta companhia, a ELETROPAR reconhece, nas suas demonstrações contábeis intermediárias, provisão quanto à totalidade dos créditos vencidos e a vencer registrados contra a Eletronet.

14.2 - Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, através dos seus representantes no Conselho de Administração, é quem orienta a política plurianual de investimentos da Companhia. A ELETROPAR possui um Comitê de Investimentos que tem a responsabilidade de sugerir e operacionalizar a alocação dos seus investimentos, mantendo a Administração informada. O capital da Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar os seus acionistas, bem como amortizar o seu custeio e realizar novos investimentos.

14.3 - Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços associados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimentos.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente semelhante (apreçamento por múltiplos), de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento por opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca livre e com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJM ORA			
Investimentos	25.331	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - VJM R:			
Títulos e valores mobiliários	-	61.268	-
	25.331	61.268	-
	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJM ORA			
Investimentos	62.227	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - VJM R:			
Títulos e valores mobiliários	-	63.346	-
	62.227	63.346	-

As tabelas a seguir apresentam os ativos da Companhia mensurados ao valor justo por meio de resultado em 31/12/2023 e em 31/12/2022.

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Eletropar, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado - VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes - VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento defluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os fornecedores e outras contam a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS FINANCEIROS		
Custo amortizado		
Remuneração de investimentos	8.994	7.278

Valor justo por meio do resultado		
Títulos e Valores Mobiliários	61.268	63.346
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Investimentos (Participações Societárias)	25.331	62.227

PASSIVOS FINANCEIROS

Custo amortizado		
Partes relacionadas ¹	242	23.490
Fornecedores	489	631

¹ No início do exercício 2023 a Companhia efetuou o pagamento integral de recursos das Cedentes então em seu poder, conforme acordo. Vide Nota 7.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1 - Principais transações ocorridas no exercício de 2023

ELETROBRAS	31/12/2023	31/12/2022
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	416	405
Aluguel	202	151
Auditoria Externa	25	23
	643	579

CTEEP	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Participação Societária	112.380	105.043
	112.380	105.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	(2.783)	151
	(2.783)	151

	31/12/2023	31/12/2022
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	20.701	16.871
	20.701	16.871

EMAE	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Remuneração de investimentos	(1.577)	
Participação Societária	15.431	15.962
	13.854	15.962

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	(659)	3.942
	(659)	3.942

	31/12/2023	31/12/2022
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	1.736	967
	1.736	967

16.2 - ELETRONET e Cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e com as empresas Cedentes é apresentado na Nota Explicativa nº 7.

16.3 - Remuneração dos Diretores e Conselheiros

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	846	897
Encargos Sociais	209	245
Benefícios	77	64
	1.132	1.206

Prática contábil

A Companhia elimina, nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àquelas entre Eletrobras e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negociais e decisórios devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 17 - ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS A VALOR JUSTO

O quadro abaixo demonstra os investimentos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
EDP - Energias do Brasil	-	39.344
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica SA	25.331	22.883
Total Ativo	25.331	62.227

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. No exercício de 2023 não foram efetuadas operações com renda variável por motivos estratégicos da companhia.

a) Proventos declarados (Dividendos/JCP)

Em 23 de janeiro de 2023 a ELETROPAR recebeu R\$ 881 mil referentes a dividendos intercalares do exercício de 2022, pagos pela TAESA.

Em 29 de agosto de 2023 a TAESA fez a antecipação do pagamento a seus acionistas de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes do exercício de 2022, cujo valor recebido pela ELETROPAR foi de cerca de R\$ 50 mil. Nesta mesma data foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares e JCP, relativos ao exercício de 2023, no total de R\$ 538 mil, líquidos de tributos.

Em 08 de novembro de 2023 foi aprovada pelo Conselho de Administração da TAESA a distribuição de dividendos intercalares JCP do exercício de 2023, sendo recebido pela ELETROPAR, em 15 de dezembro de 2023, o equivalente a R\$ 334 mil, líquidos de tributos.

Em 23 de dezembro de 2023 foi aprovada pelo Conselho de Administração da TAESA a distribuição de dividendos intercalares do exercício de 2023, sendo recebido pela ELETROPAR, em 16 de janeiro de 2024, o equivalente a R\$ 437 mil.

b) Alienação da totalidade das ações da empresa EDP - Energias do Brasil S.A.

O Conselho de Administração da Eletropar, em reunião realizada em 29 de junho 2023 (ver ata número 13 disponível no endereço eletrônico da Companhia) deliberou pela alienação da totalidade das 1.892.432 ações ON da empresa EDP - Energias do Brasil S.A (ticker: ENBR3), então na titularidade da Companhia, na forma e seguindo cronograma do processo de Oferta Pública de Aquisição das Ações Ordinárias (OPA). As condições para a venda das ações, o preço das ações bem como o cronograma da Oferta, seguiram o estabelecido no "Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias para a Conversão de Registro e Saída do Novo Mercado" emitido pela EDP-Energias do Brasil S.A, disponível no endereço eletrônico desta companhia. A liquidação financeira da operação de venda das ações ocorreu em 11 de julho de 2023, posteriormente ao fechamento do 2º trimestre de 2023.

A Eletropar negociou a totalidade das ações, 1.892.432 (um milhão e oitocentos e noventa e dois mil e quatrocentos e trinta e duas) ações, obtendo um resultado positivo, antes dos impostos, de R\$ 21.110 (vinte e um milhões e cento e dez mil reais), sendo o resultado registrado no Patrimônio Líquido, na rubrica de lucros acumulados. O resultado obtido com a venda das ações, antes dos impostos, foi integralmente aplicado nos Fundos Extramercado de Renda Fixa e CDB, conforme mostrado na Nota Explicativa 5. O quadro a seguir mostra a composição do resultado obtido com a operação.

	R\$ mil
Receita de venda OPA	44.907
Custo médio ponderado de aquisição	(23.750)
Resultado da Operação	21.157
Taxa de Liquidação	(12)
Emolumentos	(2)
Corretagem	(34)
Resultado líquido da operação antes do IR/CSLL	21.110

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 18 - PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Entretanto, cumpre destacar que o histórico das relações processuais trabalhistas que envolvem ELETRONET e ELETROPAR como rés solidárias não registra evento em que a ELETROPAR tenha, ao fim, arcado com qualquer valor relativo a eventuais condenações. Ou seja, a investida ELETRONET sempre assumiu a totalidade da responsabilidade pelo pagamento das condenações, tendo em vista que elas resultam de questões surgidas durante o vínculo empregatício mantido entre o trabalhador e a ELETRONET. A ELETROPAR apenas figura/figurou como ré solidária nessas ações devido ao fato de deter 49% das ações da ELETRONET.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia, atualmente, possui 2 (dois) processos trabalhistas com risco de perda possível:

1 - Reclamação nº 0100386-09.2021.5.01.0015, cujo reclamante é Carlos Eduardo Silva. O valor atribuído à causa é de R\$ 1.685, tendo sido homologado o acordo celebrado entre o reclamante e ELETRONET, onde a ELETRONET pagará ao reclamante o valor de R\$ 1.450, a ser pago em 12 parcelas. Embora a ELETROPAR, na decisão de homologação do acordo, tenha sido excluída de qualquer responsabilidade sobre o acordo e quaisquer obrigações neste processo, o cumprimento do acordo pela ELETRONET será acompanhado pela ELETROPAR. A Provisão de quitação total do acordo pela ELETRONET é de julho de 2024.

A ELETROPAR, que atua como intermediária na operação da ELETRONET com as Cedentes, entende que a ELETRONET terá condições financeiras de arcar com esta perda. Desta forma, a Companhia não espera ter esse desembolso, e entende que não há necessidade de provisão na ELETROPAR.

2 - Reclamação nº 0100834-08.2023.5.01.0016, cujo reclamante é Jean Souto Monte Novo. O valor atribuído à causa é de R\$ 757.

A Companhia também possui 2 (dois) processos administrativos tributários com risco de perda classificado como possível:

1 - Processo Administrativo nº 12448-905.657/2023-90. A Receita Federal do Brasil, Despacho Decisório nº 3614713, não reconheceu o crédito decorrente de Saldo Negativo de IRPJ do Exercício 2019, pleiteado por meio do PER 33325.94500.250221.1.2.02-7075, deixando de homologar as compensações a ele vinculadas e exigindo o saldo remanescente no valor principal, acrescido de multa e juros. O valor do débito não compensado atualizado para dezembro de 2023 é de R\$ 297.

2 - Processo Administrativo nº 12448-905.658/2023-34. A Receita Federal do Brasil, no Despacho Decisório nº 3614524, não reconheceu o crédito decorrente de Saldo Negativo de IRPJ do Exercício 2020, pleiteado por meio do PER 29499-24371.250221.1.2.02-9014, deixando de homologar as compensações a ele vinculadas e exigindo o saldo remanescente no valor principal, acrescido de multa e juros. O valor do débito não compensado atualizado para dezembro de 2023 é de R\$ 1.499.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 19 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento do exercício de 2023.

DIRETORIA

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

Ronaldo Borges Andrade
CRC-RJ 1-051927/O-8

CONTADOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renan dos Santos Antunes
Presidente

André de Avellar Torres
Conselheiro

Carlos Alberto Policaro
Conselheiro

Raul Balbi Sollero
Conselheiro

Vlândia Viana Régis
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Luiz Eduardo dos Santos Monteiro
Presidente

Bruna Reis de Arantes
Conselheira

Jorge José Teles Rodrigues
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Eletroras Participações S.A. - Eletropar, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia - PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Eletroras Participações S.A. - Eletropar, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletroras Participações S.A. - ELETROPAR, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada nesta data, examinaram: (i) a Proposta da Administração, inclusive em relação à destinação do Lucro Líquido, Orçamento de capital e retenção de lucros; (ii) a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; (iii) a Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes; (iv) o Balanço Patrimonial; (v) a Demonstração do Resultado do Exercício; (vi) a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; (vii) a Demonstração dos Fluxos de Caixa; (viii) a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, tudo relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e aprovados pelo Conselho de Administração, de acordo com a Ata nº 2 da Reunião do Conselho de Administração da Eletropar, realizada nesta data. Foi examinado também o Relatório do Auditor Independente PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., datado de 21 de março de 2024, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024

Luiz Eduardo dos Santos Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

Bruna Reis Arantes
Conselheira Fiscal

Jorge José Teles Rodrigues
Conselheiro Fiscal

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2024

O orçamento de capital da Eletropar, no valor total de R\$ 45,8 milhões, para os exercícios de 2024, 2025 e 2026 justifica-se, entre outras razões, pela conjuntura macroeconômica atual, pelas disponibilidades da Companhia e seu objeto social. Neste contexto, a Companhia propõe a retenção de lucros no valor de R\$ 41.841 milhões, com base no artigo 196 da Lei 6404/1976.

O valor proposto permitirá a implementação do Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2022-2026, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Eletropar em 29/12/2021.

A Companhia preserva recursos em caixa adequados para manutenção de suas operações normais e para oportunidades de eventuais novos negócios.

Portanto, o orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral, por proposta do órgão da Administração segue conforme abaixo:

APLICAÇÕES DE CAPITAL E FONTES DE RECURSOS

	Em R\$ mil
Aplicações de capital	45.800
Fontes de Recursos:	
Geração operacional de caixa	61.268
Retenção de lucros do art. 196 da LSA	41.841

As fontes para a cobertura desse orçamento são oriundas de recursos próprios da Companhia.
Rio de Janeiro, 21 de março de 2024

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Eletroras Participações S.A. - Eletropar

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletroras Participações S.A. - Eletropar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

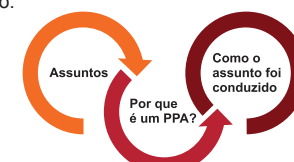
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



(continuação)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Porque é um PAA

Direitos e Obrigações com a Eletronet e empresas cedentes (Nota 7)

A Companhia é responsável por gerir a prestação de serviços de telecomunicação realizada pela sua investida Eletronet S.A. ("Eletronet") para as empresas cedentes do Grupo Eletronet. A Companhia, em 22 de agosto de 1999 firmou contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas junto a Eletronet e Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Companhia e as empresas cedentes tendo como prazo de vigência 20 anos. No contrato celebrado entre a Companhia e as empresas cedentes, foi estabelecido que a Companhia responderá, solidariamente, com a Eletronet, pelas obrigações a ela atribuídas neste contrato, importando o descumprimento de quaisquer obrigações pertinentes à Eletronet, em inadimplemento da Companhia.

Em 20 fevereiro de 2020, foram celebrados aditivos contratuais entre a Companhia e a Eletronet e outro com as cedentes visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039. Adicionalmente foram assinados também contratos de confissão de dívida entre a Companhia, Eletronet, LT Bandeirante e as cedentes com objetivo de reconhecer dívida da Eletronet. Os referidos aditivos contratuais tiveram a anuência do Ministério da Economia, através da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado e a Companhia aguarda a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Adicionalmente, o referido contrato assinado no exercício de 2020 excluiu a responsabilidade solidária da Companhia relacionada às obrigações atribuídas à Eletronet.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A Companhia mantém o valor do investimento na Eletronet integralmente provisionado (Nota 9).

Em função dos aspectos acima mencionados, esse assunto permanece como um tema de foco em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do acordo de acionistas que define as obrigações e direitos destes além da leitura dos contratos, acordo de credores e instrumento de confissão de dívida e confronto dos documentos com os saldos contabilizados na Companhia. Também realizamos o procedimento de confirmação de saldos entre as empresas cedentes e a investida Eletronet e confrontamos com os saldos registrados contabilmente na Companhia.

Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas, analisamos os elementos que fundamentam o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, bem como analisamos as condições estabelecidas nos aditivos contratuais.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas quanto aos direitos e obrigações entre a Eletronet e as empresas cedentes.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

